



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações financeiras dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

Março/2025

SARANDI ALIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Conteúdo	Páginas
Relatório dos auditores independentes	03
Demonstrações Financeiras	
Relatório da Diretoria.....	06
Balancos patrimoniais	07 e 08
Demonstrações do resultado.....	09
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
SARANDI ALIMENTOS S.A. – em recuperação judicial
Porto Alegre - RS

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sarandi Alimentos S.A. – em Recuperação Judicial (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo efeito do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sarandi Alimentos S.A. – em Recuperação Judicial, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta prejuízos acumulados de R\$ 17.681.944,68 (R\$ 18.984.736,41 em 2023) e, conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia encontra-se inoperante desde março de 2014. Essas condições, juntamente com o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive

as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 19 de março de 2025.

Crowe Consult Auditores e Consultores Associados
CRC RS-009034/O



João Henrique Sperling Lubisco
Contador – CRC- RS067.188/O

Rafael Ferrari

Contador – CRC- RS065.901/O-0



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

***Aos Acionistas da Sarandi Alimentos S.A.
Porto Alegre/RS***

Prezados (as) Senhores (as):

Cumprindo determinações legais e estatutárias, a Direção submete à sua apreciação, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas das notas explicativas necessárias ao entendimento dos elementos demonstrados.

Porto Alegre/RS, 19 de março de 2025.

A Diretoria

Pedro Tocchetto Thormann
Diretor

Fernando Munhós Thormann
Diretor



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Em Reais)	
Ativo	2024	2023
Circulante		
Contas a receber de clientes	105.326,71	105.326,71
Impostos e contribuições a recuperar	33.813,84	1.513,02
	<u>139.140,55</u>	<u>106.839,73</u>
Não circulante		
Depósitos judiciais	83.724,01	30.606,36
Títulos a receber	17.016,00	17.016,00
	<u>100.740,01</u>	<u>47.622,36</u>
Total do ativo	<u>239.880,56</u>	<u>154.462,09</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Em Reais)	
Passivo	2024	2023
Circulante		
Fornecedores	11.850,00	11.850,00
Obrigações sociais e trabalhistas	53.117,65	-
Outras contas a pagar	45.990,00	45.990,00
	110.957,65	57.840,00
Não circulante		
Impostos e contribuições a recolher	6.454,46	6.454,46
Outras contas a pagar	27.466,38	27.466,38
	33.920,84	33.920,84
Patrimônio líquido		
Capital social	13.835.000,00	13.835.000,00
Adiant. p/futuro aumento de capital	3.941.946,75	5.212.437,66
Prejuízos acumulados	(17.681.944,68)	(18.984.736,41)
	95.002,07	62.701,25
Total do passivo e patrimônio líquido	239.880,56	154.462,09

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Em Reais)	
	2024	2023
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas administrativas	(554.042,81)	(2.394,61)
Despesas tributárias	(5.531,54)	(320,13)
Outras despesas	<u>(1.211,60)</u>	<u>(6.404.685,94)</u>
Resultado antes das receitas financeiras		
líquidas e impostos	<u>(560.785,95)</u>	<u>(6.407.400,68)</u>
Receitas financeiras líquidas	1.089.197,46	-
Receitas eventuais	<u>813.863,17</u>	<u>-</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>1.342.274,68</u>	<u>(6.407.400,68)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	<u>(39.482,95)</u>	<u>0,00</u>
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	<u>1.302.791,73</u>	<u>(6.407.400,68)</u>
Lucro líquido (Prejuízo) por ação	0,09	(0,46)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Em Reais)	
	2024	2023
Lucro líquido (Prejuízo) do Exercício	1.302.791,73	(6.407.400,68)
Resultado Abrangente Total	1.302.791,73	(6.407.400,68)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

ARANDI ALIMENTOS S.A – Em Recuperação Judicial
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em Reais)

	Capital social	Adto. p/futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.835.000,00	5.209.722,92	(12.577.335,73)
Aumento parcial do AFAC	-	2.714,74	(2.714,74)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(6.404.685,94)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(6.407.400,68)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.835.000,00	5.212.437,66	(18.984.736,41)
Aumento parcial do AFAC	-	(1.270.490,91)	-
Prejuízo líquido do exercício	-	-	1.302.791,73
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.835.000,00	3.941.946,75	(17.681.944,68)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

CNPJ Nº 88.337.043/0001-08

NIRE 43300067661

SARANDI ALIMENTOS S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstração do fluxo de caixa (método indireto)
dos exercícios findo sem 31 de dezembro de 2024 e 2023

	(Em reais)	
	2024	2023
Fluxos de caixa proveniente das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	1.302.791,73	(6.407.400,68)
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução nos tributos a recuperar e antecipados	(32.300,82)	-
(Aumento) redução em outras contas a receber, despesas antecipadas e depósitos judiciais	(53.117,65)	-
Aumento (redução) nos impostos e contribuições a pagar	53.117,65	6.404.685,94
Disponibilidade líquida proveniente nas atividades operacionais	1.270.490,91	(2.714,74)
Fluxos de caixa das atividades provenientes de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.270.490,91)	2.714,74
Disponibilidade líquida proveniente das atividades de financiamentos	(1.270.490,91)	2.714,74
Demonstração do aumento (redução) nas disponibilidades		
No início do exercício	-	-
No fim do exercício	-	-
Varição no caixa e equivalentes de caixa	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1. Contexto Operacional

Seus objetivos sociais são moagem de trigo próprio e fabricação de derivados próprios; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; beneficiamento de produtos próprios; produção, importação e exportação e preparação de produtos de trigo e outros cereais próprios, dentre estas massas, bolos e biscoitos, de gêneros alimentícios; e a participação em outras sociedades.

2. Recuperação Judicial

Em decorrência da Companhia está inoperante desde março de 2014, e fazer parte do Grupo Motrisa, que teve sua estrutura significativamente impactada pela forte elevação nos preços do trigo no mercado mundial, promovendo um estrangulamento financeiro tão forte, que a Companhia entrou com o pedido de recuperação judicial.

Abaixo segue uma breve descrição sobre o estágio da Recuperação Judicial do Grupo:

- A recuperação judicial foi ajuizada em 05/09/2023 e o deferimento do processamento se deu em 02/10/2023.
- O valor do passivo sujeito à recuperação judicial soma R\$ 93.764.203,26 (Noventa e três milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, duzentos e três reais e vinte e seis centavos) em moeda corrente mais USD 9.488.566,64 (Nove milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos) em dólares norte americano.
- Em 18/10/2023 foi publicado o edital do art. 52, § 1º, da Lei 11.101/2005, contendo a relação de credores sujeitos à recuperação judicial apresentada pelas recuperandas.
- Com a publicação do referido edital, abriu-se prazo de 30 (trinta) dias corridos para que credores apresentem objeções ao plano de recuperação judicial e prazo de 10 (dez) dias úteis para apresentação de impugnações de créditos.
- Em 01/12/2023, foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial (PRJ), acompanhado dos laudos de viabilidade econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos das recuperandas.
- A Assembleia Geral de Credores (AGC) foi realizada em primeira convocação no dia 02/10/2024 às 09:00 horas, e em segunda convocação foi realizada no dia 09/10/2024 às 09:00 horas, presidida pelos Administradores Judiciais.

Os Administradores Judiciais juntaram ao processo em 09/10/2024, uma petição informando que o Plano de Recuperação Judicial foi aprovado por 70,52% do total do crédito presente à Assembleia Geral de Credores (AGC). Na Classe I foi aprovado por 100% dos credores presentes (por cabeça), na Classe II foi aprovado por 69,74% dos créditos presentes (valor), na Classe III foi aprovado por 71,45% dos créditos presentes (valor) e na Classe IV foi aprovado por 87,50% dos credores presentes (por cabeça).

Requereram a juntada da Ata assinada referente à Assembleia Geral de Credores, segunda convocação, realizada em 09/10/2024, tendo como anexos: adequação das cláusulas 10.1.5.1.1, 10.1.5.1.1.1, 10.1.5.1.1.2, 10.1.5.1.1.10, 15.4 e inclusão da cláusula 1.1.8 do instrumento de transação do anexo III do plano de recuperação judicial; resumo de presença e votos; chat referente a participação virtual dos credores; lista presença; resumo dos credores presentes pela modalidade virtual; apresentação do plano; ressalva do credor Cargill; ressalva do credor Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Em 10/12/2024, foi homologado e concedido o Plano de Recuperação Judicial, atualmente em fase de recurso.

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações e alterações nela promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 que tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade. A aplicação das referidas Leis é obrigatória para demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

4. Capital Social

Pertencente inteiramente a acionistas domiciliados no país. Subscrito e integralizado, está representado por 13.835.000 (treze milhões oitocentos e trinta e cinco mil) ações, no valor de R\$1,00 (um real) cada uma.

5. Base de Preparação

5.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as novas práticas contábeis adotadas no Brasil, considerando a atual legislação societária e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, em convergência as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, tendo atendido aos conceitos das Leis das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07, 11.941/09 e 12.973/14, bem como as demais Normas, Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC). Compreende o conjunto dessas demonstrações: o balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido, e demonstração dos fluxos de caixa, apresentadas de forma comparativa conforme moeda corrente do país.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia em 19 de março de 2025. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

5.2 Base de mensuração e moeda funcional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico incorrido nas transações, ajustadas ao valor justo de mercado ou contratual, sempre quando aplicável em conformidade com as normas contábeis vigentes para mensuração dos ativos e passivos. Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em “Reais” (R\$) que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma.

5.3 Determinação do Valor Justo

A Companhia deve divulgar as diversas políticas contábeis adotadas na determinação do valor justo de ativos e passivos financeiros, ou não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros da Companhia pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, procedimentos específicos para mensuração, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos devem ser divulgadas em notas específicas, para àquele ativo ou passivo específico.

5.4 Reconhecimento das receitas financeiras

A Companhia reconheceu no exercício de 2024 a atualização do precatório referente à Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, registrando os juros Selic líquido dos impostos (R\$ 1.089.197,46).

DIRETORIA

Pedro Tocchetto Thormann

Diretor

Fernando Munhós Thormann

Diretor

Maria Rosiane Souza Silva

Contadora

CRC SE-004644/O-2

CPF 479.231.725-87